

Parte II

Epistemologia de síntese

Parece-me que há um domínio sobre o qual se entrelaçam, hoje em dia, todas as pesquisas filosóficas: o da linguagem. É aí que se cruzam as investigações de Wittgenstein, da filosofia lingüística dos ingleses, a fenomenologia oriunda de Husserl, as pesquisas de Heidegger, os trabalhos da escola bultmaniana e das outras escolas de exegese neotestamentária, os trabalhos de história comparada das religiões e de antropologia versando sobre o mito, o rito e a crença, enfim, a psicanálise. (RICOEUR Paul: 1977:15)

4. SOBRE A CONVERGÊNCIA TEÓRICA NA FORMULAÇÃO PARADIGMÁTICA DA EPISTEMOLOGIA DE SÍNTESE

No momento, é grande o nosso embaraço; é uma relação a três termos, uma figura de três cumes, que se oferece à nossa perplexidade: a reflexão, a interpretação, entendida como restauração de sentido, e a interpretação, compreendida como redução da ilusão. Sem dúvida, ser-nos-á preciso engajar-nos a fundo na luta das interpretações antes de ver surgir, como uma exigência da própria guerra das hermenêuticas, o meio de enraizá-las conjuntamente na reflexão. Por sua vez, porém, a reflexão não será mais a posição tão exangue quanto peremptória, tão estéril quanto irrefutável, do Penso, existo: ela se tornará reflexão concreta, e se tornará tal graças à austera disciplina da hermenêutica. [RICOEUR, Paul: 1977: 55]

OPERACIONALIDADE DO INTERESSE DA COMPREENSÃO PARTICIPATIVA DO DISCURSO

A estrutura desse texto obedece a uma circularidade lógica. No curso dos três primeiros Capítulos, foram trabalhados os conteúdos prático-teóricos que explicitam o contexto próximo - as condições básicas e propícias - para a emergência histórica de um novo paradigma do **fazer comunicativo** - a **Epistemologia de Síntese**. Nossa exposição, desde logo, procurou adequar-se aos movimentos lógicos da concepção triádica que o desvela:

- Por primeiridade, formulamos no ponto de partida uma representação sumária do que tínhamos em mente: aqui a **originalidade** [PEIRCE] de um arcabouço hipotético que obviasse um sentido, como **fundamento** do *representámen* de uma prática epistemológica alternativa ao cientificismo dominante.
- Por secundidade, esses conteúdos, foram contrastados a um referencial concreto e teórico da sociedade e do comportamento, que é, a sua vez, **objeto** mediato do seu fazer comunicativo; impacta aqui a crise paradigmática da epistemologia contemporânea, no sentido próprio de uma **obstância** [PEIRCE], obstaculizando a identificação das linhas de força que trabalham a necessidade e a consequência do novo paradigma epistemológico.
- Por terceiridade, o modelo teórico da epistemologia de síntese emerge como **interpretante**, que se projeta no espaço de intersubjetividade da comunidade científica, onde se insere no quadro mais amplo de um novo paradigma da Filosofia Primeira; aqui o momento da *transuasão* [PEIRCE] dos conceitos, que resulta na elaboração e discussão do modelo paradigmático da epistemologia de síntese.

Na seqüência desta formulação, ainda impressionista e esquemática, da expressão simbólica do novo paradigma da epistemologia de síntese, será necessário testar o seu potencial analítico, representado pela capacidade de resposta que oferece aos problemas cognitivos defrontados na operação dos **interesses epistemológicos** sobre a contemporaneidade dos **campos de atualização do saber**.

4.1 *Antecedentes e implicações do paradigma triádico na história do pensamento Ocidental*

A evolução teleológica dos paradigmas da “Filosofia Primeira” em Karl-Otto APEL e sua convergência com os aportes da Hermenêutica em HABERMAS - configuram uma concepção tridimensional do processo da vida, que se expressa e se realiza numa dupla perspectiva: do **agir comunicativo** (*intentione recta*) e do **fazer comunicativo** (*intentione obliqua*).

Um primeiro nível de análise, para uma demonstração da operacionalidade conceitual da **epistemologia de síntese**, identifica a sua pré-figuração no debate epistemológico contemporâneo [KUHN, 1975 e MOLES, 1975]. Pode-se, no entanto, na mesma perspectiva, remontar a vertentes teóricas do pensamento moderno que, por efeito de redundância e clarificação conceitual, oferecem perspectiva para a formalização e demonstração das suas conexões prático-teóricas. É o caso da obra precursora e já clássica dos grandes formadores de escola, que pesquisaram nos séculos XIX e XX, os fundamentos de uma concepção tridimensional do homem e da sociedade.

A **Tabela 16** e o **Quadro 8** figuram a sucessão histórica de algumas dessas concepções, que rompem com o maniqueísmo dos paradigmas anteriores do **fazer comunicativo** (enquanto opção por um dos pólos do princípio binário - de sujeito ou objeto - que se percebe na raiz das filosofias idealista ou materialista), rompendo, pela incorporação e dinâmica de um *terceiro excluído*, a possibilidade um estado de permanente equilíbrio dessa polaridade. Por outro lado, a releitura dos categorias básicas de análise elaboradas por esses autores, à luz do novo paradigma epistemológico, clarifica a pré-história conceitual da polaridade diádica da tríade sýgnica. Sinaliza o potencial analítico da dialética triádica que a epistemologia resgata, explícita e formaliza.

Na **Tabela 16**, a apresentação dos conceitos é linear à sua correspondência com as perspectivas do agir e do fazer comunicativos; no **Quadro 8**, conforma-se o seu modo de apresentação à estrutura da dupla tríade, explicitada pelo modelo paradigmático da epistemologia de síntese.

Tabela 16 - Os modelos tridimensionais do agir e do fazer comunicativos, como ruptura do maniqueísmo na dilemática de sujeito-objeto.

| AUTORES | PÓLOS DIÁDICOS | Categorias do SUJEITO | Categorias de MEDIAÇÃO | Categorias do OBJETO |
|---|---|---|---|--|
| HEGEL - fenomenologia do espírito | Perspectiva do fazer comunicativo: conceito | Tese | Antítese | Síntese |
| | Perspectiva do agir comunicativo: história | Possibilidade | Necessidade | Casualidade |
| MARX - dialética do concreto | Fazer comunicativo: sociedade de classes | Homem (política) | Trabalho (economia) | Natureza (ideologia) |
| | Agir comunicativo: classe social | Práxis (Antítese) | Método (Síntese) | Teoria (Tese) |
| FREUD - dinâmica da mente | Fazer comunicativo: instituição | Instituente | Grupo social | Instituído |
| | Agir comunicativo: psiquismo | Id | Ego | Superego |
| JUNG - dinâmica da vida | Fazer comunicativo: mundo da vida | Arquétipo-inconsciente coletivo | Humanidade | Natureza |
| | Agir comunicativo: psiquê | Libido | Consciência individual | Inconsciente pessoal |
| KUHN/ MOLES - criação científica | Fazer comunicativo: ciência | Comunidade científica | Revolução científica | Paradigma |
| | Agir comunicativo: pesquisa | Descoberta | Ciência normal | Anomalia |
| HABERMAS/ PEIRCE/APEL - relação triádica do signo | Fazer comunicativo: <i>intentione obliqua</i> | Fundamento do <i>representámen</i> (primeiridade, originalidade, qualidade) | Interpretante (terceiridade, transuasão, síntese) | Objeto (secundidade, obsistência, relação) |
| | Agir comunicativo: <i>intentione recta</i> | Falante | Proferimento | Ouvinte |

Quadro 8 - Os modelos tridimensionais do agir e do fazer comunicativos, como ruptura do maniqueísmo na dilemática de sujeito-objeto.

| AUTORES | PÓLOS DIÁDICOS | Primeiridade [originalidade-abdução] | Terceiridade [transuasão-indução] | Secundidade [obstância-dedução] |
|-----------------------------------|--|--|--|--|
| Hegel - fenomenologia do espírito | Fazer comunicativo: conceito (1ª, 2ª e 3ª) Agir comunicativo: história (I, II e III) | Tese (1ª) Possibilidade (I) | Necessidade (III) Antítese (3ª) | Síntese (2ª) Casualidade (II) |
| Marx - dialética do concreto | Fazer comunicativo: sociedade de classes (1ª, 2ª e 3ª) Agir comunicativo: classe social (I, II e III) | Homem (1ª) Práxis-antítese (I) | Método (III) (síntese) Trabalho (3ª) (economia) | Natureza (2ª) Teoria-tese (II) |
| Freud - dinâmica da mente | Fazer comunicativo: instituição (1ª, 2ª e 3ª) Agir comunicativo: psiquismo (I, II e III) | Instituinte (1ª) Id (I) | Ego (III) Grupo social (3ª) | Instituído (2ª) Superego (II) |
| Jung - dinâmica da vida | Fazer comunicativo: mundo da vida (1ª, 2ª e 3ª) Agir comunicativo: psiqué (I, II e III) | Arquétipo (1ª) Libido (I) | Consciência Individual (III) Humanidade (3ª) | Natureza (2ª) Inconsciente pessoal (II) |
| Kuhn/ Moles - criação científica | Fazer comunicativo: pesquisa (1ª, 2ª e 3ª) Agir comunicativo: ciência (I, II e III) | Comunidade científica (1ª) Descoberta (I) | Revolução científica (III) Ciência normal (3ª) | Paradigma (2ª) Anomalia (II) |

A **epistemologia de síntese** trabalha esses conceitos numa abordagem que, sendo *descritiva* [RICOEUR, 1977], se recusa o reducionismo de uma explicação causal para a sua analogia, ou de

uma justificação parcial para a totalidade articulada de um enfoque, tão rico pela sua complexidade como, necessariamente, fragmentário e contraditório na sua realização prática.

Inversamente, nossa atitude é performativa, perscrutando a conseqüência dos conceitos analisados no próprio núcleo de nossa formulação teórica. Nesse sentido, a análise da **convergência teórica do pensamento historicamente antecedente**, na perspectiva de uma epistemologia de síntese, converte-se num **teste e demonstração** do potencial analítico desse mesmo enfoque. Assim, na **Tabela 16**, as três dimensões analíticas do signo, visualizadas na sua polaridade diádica (*intentione recta e intentione obliqua*), permitem a abordagem conceitual de uma REALIDADE, que se manifesta na elaboração dos diferentes autores, como uma TOTALIDADE dinâmica.

4.1.1 A tríade em HEGEL e MARX

Em HEGEL, o SER, compreendido como o CONCEITO, perfaz o caminho da sua realização na HISTÓRIA enquanto POSSIBILIDADE (primeiridade) - que se objetiva como CASUALIDADE (secundidade), mediado pelos nexos causais da NECESSIDADE (terceiridade).

A realidade, antes de qualquer coisa, deve ser **possível**. Mas, como possível - pode acontecer, como também não acontecer. Por isso mesmo, toda realidade possível é, também, no momento da sua manifestação como realidade, **casual** - eis que, por ser possível, poderia também não acontecer. Entretanto, toda realidade possível-casual, é expressão de uma **necessidade**, porque o possível se distingue do impossível de forma absolutamente regular e necessária, sem qualquer casualidade. Nesse sentido, **a necessidade é uma mediação da realidade: não como gênese do acontecimento concreto, mas como determinação da sua possibilidade**.

É assim que o filósofo da Fenomenologia do Espírito, ao pretender desvelar a História do CONCEITO, postula desde logo aquilo que é **possível**, como também **necessário** - submetendo-o ao conhecimento na problemática da TESE (possibilidade). Efetivamente, a dialética hegeliana se circunscreve à problemática da TESE (possibilidade), a qual, uma vez conhecida, desdobra-se lógica e necessariamente no sistema fechado das suas conseqüências, como ANTÍTESE (necessidade) e SÍNTESE (casualidade).

O rigor, no entanto, impõe ao filósofo da Ciência da Lógica o afrontamento de uma **contradição** ínsita à sua formulação - eis que, sendo a realização de tudo que é **possível**, rigorosamente **casual**, o processo da sua atualização implica de alguma forma na **supressão da necessidade**, como critério de realização histórica do Conceito. Formula-se aqui um **princípio de indeterminação** que consubstancia o conceito hegeliano da SÍNTESE (terceiridade).

A **necessidade**, que é princípio de causalidade, representa, dessarte, no processo do conhecimento em HEGEL, uma determinação do campo da realidade possível; mas só se atualiza pela eliminação sistemática da sua impossibilidade teórica - ou seja, pela eliminação sistemática da plausibilidade da sua contradição como ANTÍTESE. Exatamente por isso, a dialética hegeliana e, assim, a teoria do conhecimento em Hegel, ao invés de privilegiar a categoria da ANTÍTESE, (mesmo como expressão de uma NECESSIDADE histórica), apenas a reconhece para, afinal e sempre, pretender suprimi-la.

A História torna-se assim insuscetível de uma intervenção racional, destinada a promover seu desenvolvimento. A compreensão pelo filósofo, do papel dos Grandes Homens na condução dos processos históricos, nesse sentido, é significativa. Para Hegel, os Grandes Homens não descortinam

o sentido dos seus atos, senão como intuição - movem-se pelo instinto mais do que pela consciência. A razão - como determinação legal ou expressão de uma necessidade - só é capaz de estabelecer e, assim justificar, o seu negativo - como não-Ser da história ao cair da noite dos tempos. Para reconhecê-la e perseguí-la de forma consciente e conseqüente, é preciso suprimir o próprio movimento dessa contradição, que o filósofo apreendeu na Fenomenologia do Espírito, e decretar o fim da história. Só assim o possível deixará de ser casual, para tornar-se necessário, regular e, afinal, conscientemente determinado. Exatamente aqui se fulcra o questionamento que lhe opõe MARX, o qual maneja a mesma tríade de conceitos, visualizada pela Ciência da Lógica, de forma a relevar a importância cognitiva da História como processo racional da consciência.

MARX obrigou-se a uma “*inversão*” da dialética hegeliana, que se processa, basicamente, pelo confronto com a perspectiva “idealista” do filósofo, na visualização das categorias do **agir** e do **fazer comunicativos**. Na polaridade diádica, entre o próprio ato da consciência (entendimento) e sua ressonância no mundo da vida (conhecimento), a HISTÓRIA (possibilidade, necessidade, causalidade) passa, então, a ser visualizada como a expressão “*recta*” de uma consciência-em-ação e o domínio do CONCEITO (tese, antítese e síntese), é encarado como sua expressão “*obliqua*” no pano de fundo da realidade objetivada.

Ao promover esse movimento, MARX rompeu com uma tradição idealista que encontra em HEGEL seu expoente e ponto de flexão. Consciência e história dão-se as mãos, a partir de então, e o seu movimento torna-se inteligível na perspectiva do sujeito concreto - para MARX, o Homem-Humanidade - e, mais especificamente, as classes sociais. A realidade e seu conceito, por outro lado, conformam a expressão objetivada, no mundo da natureza, do processo da consciência - que recolhe na sua compreensão crítica da ideologia na sociedade de classes.

O movimento empreendido por MARX, para o resgate da inteligibilidade histórica da razão dialética, não obstante, conduziu-o a uma segunda e, menos óbvia, “*inversão*” das categorias hegelianas. Na tentativa de relevar a categoria da ANTÍTESE, que restava, efetivamente, suprimida pela conseqüência prática do idealismo hegeliano, atribuiu-lhe a posição de SUJEITO na tríade sîgnica do conhecimento. Quando MARX afirma que “*a luta de classes é o motor da história*” - não apenas concebe a história, como o resultado concreto de tais contradições, mas nelas identifica, também, o fundamento racional para a sua inteligibilidade. O deslocamento da ANTÍTESE hegeliana a essa condição subjetiva é a expressão conceitual desse entendimento - uma categoria que, na visão marxista, identifica-se na “PRAXIS” das classes subalternas.

Deste movimento, aparentemente simples, as conseqüências são complexas e profundas. Toda a consistência interna do sistema da dialética hegeliana é abalada. Quando a contradição, como ANTÍTESE, identifica o sujeito concreto da história e o seu entendimento é restrito à PRAXIS das classes subalternas (o conceito aqui aponta para a noção da “*consciência possível do proletariado*” - LUCKÁCS), a sua ressonância POLÍTICA no mundo da vida, caracteriza-se pela indução e legitimação de uma **OPOSIÇÃO SISTEMÁTICA**. Essa é a determinação necessária da categoria da possibilidade no quadro conceitual do marxismo... com óbvias repercussões na história dos movimentos sociais.

Ademais, a ANTÍTESE como sujeito concreto e fundamento da inteligibilidade da história, designa a TESE como seu objeto, que resta, assim, enquanto uma estrutura-já-dada - expressão coisificada da operação de um dado modo de produção - desde logo e sempre condenado à superação, no momento mesmo em que é compreendido. A única razão de ser dessa TESE - quando a subjetividade não lhe pertence, senão que à sua contradição - é que, sobre ela, se projeta o futuro como **REVOLUÇÃO**, como negação da existência presente. A TESE fica, assim, relegada ao mundo da forma, reificada em IDEOLOGIA. Algo que é, mas que, também, poderia não mais ser,

dependendo, apenas de uma disposição do sujeito e de sua adequação às determinações do MÉTODO.

De fato, a relação que se estabelece, nessa concepção da história, entre a ANTÍTESE, como elemento subjetivo e a TESE, como objeto, no processo do conhecimento, oferece um espaço para se conceber a relação imediata entre a PRAXIS e seu MÉTODO, como a determinação absoluta (econômica) das condições da existência, que se referencia na TEORIA do Capital. Isso significa que a POLÍTICA, na “consciência possível” das classes subalternas, necessita, apenas, adequar-se às determinações lógicas, de causa e efeito, que em última instância pertencem à ECONOMIA, para acionar o motor do carro chefe da história, de forma irreversível e inobstaculizável. É a origem do ESQUEMATISMO que vicia o agir comunicativo numa perspectiva marxista. Toda ação é caudatária de uma explicação *a priori* ou “*ad hoc*” providenciada, a partir da ortodoxia do método.

A IDEOLOGIA, como a cristalização do processo histórico, constitui-se assim, numa casualidade, cuja existência concreta se resolve sempre na dependência de uma equação de poder, que lhe é externa e sobre cujos efeitos não terá, portanto, poder de sobredeterminação. A história se move, nesse sentido, pelo potencial inerente à contradição, que se atualiza, na adequação do sujeito ao seu método, como uma “**HERMENÊUTICA DE SUSPEIÇÃO**”. Nesse radical de origem, deriva-se, também, o voluntarismo do marxismo-leninismo, que retira as conseqüências dessa matriz teórica, reduzindo o campo de intervenção racional na tríade sîgnica à mera adequação da consciência ao seu interesse, da organização à sua missão, da fé à sua dogmática.

Ressalta, portanto, nessa análise, a opção que resulta postulada em MARX para o exercício do método, como categoria de mediação da consciência. É nesse ponto que nosso enfoque se distingue frontalmente da abordagem marxista e converge à percepção de RICOEUR :

O contrário da suspeita, dizendo de modo brutal, é a fé. Que fé? Sem dúvida, não é a fé primeira do carvoeiro, mas a fé segunda do hermeneuta, a fé que atravessou a crítica, a fé pós-crítica. Procurá-la-ei no prolongamento das decisões filosóficas que animam secretamente uma fenomenologia da religião e que se ocultam até mesmo em sua neutralidade aparente. Trata-se de uma fé racional, pois ela interpreta; mas permanece uma fé, porque procura, pela interpretação, uma segunda ingenuidade. Para ela, a fenomenologia é o instrumento da escuta, do recolhimento, da restauração do sentido. Crer para compreender, compreender para crer, eis sua máxima. E sua máxima é o “círculo hermenêutico” do crer e do compreender (1977:33/34).

4.1.2 A tríade em FREUD e JUNG

A obra de FREUD e JUNG, que se inscreve, desde logo, na mesma tradição paradigmática da tríade sîgnica, representa, em relação à tradição hegel-marxiana, no entanto, um deslocamento analítico para o processo de formação da consciência pessoal. A pessoa (e não a sociedade), constitui-se no foco da intervenção psicanalítica, seja ela freudiana ou jungiana. Não obstante essa ênfase, a dimensão social da consciência pessoal projeta-se nas categorias do fazer comunicativo, que registram a preocupação dos autores com o enquadramento institucional do psiquismo humano e desbordam na teoria da instituição ou sócio-psicanálise [PICHÓN-RIVIÈRE, LAPASSADE, MENDEL, etc.].

Id - Ego - Superego são as categorias da tríade sîgnica na dialética freudiana do agir comunicativo; Libido - Consciência individual - Inconsciente pessoal, são os conceitos correlatos na perspectiva jungiana. Não trata esse texto de aprofundar as diferenças - diga-se de passagem, significativas - na abordagem destes autores, no que respeita ao seu impacto específico no campo

psicanalítico. Preocupa-nos, apenas, a demonstração da sua correspondência teórica que, de alguma forma, reproduz o paradigma da tríade sógnica.

Para ambos - FREUD e JUNG, o pólo ativo na formação da consciência - como impulso ou energia - como expressão do Id ou da Libido, se projeta num campo objetal de determinações e cristalizações de conduta, constituído pelo Superego ou pelo Inconsciente pessoal. A mediação, que viabiliza uma interação dinâmica entre esses pólos - ativo e passivo - na formação da consciência, é visualizada por esses autores, nos conceitos do Ego e da Consciência individual.

É importante ressaltar que, tanto FREUD como JUNG trabalham, também, o enquadramento social do psiquismo: o seu fazer comunicativo. Instituinte e Arquétipo, no campo do sujeito, e Instituído e Natureza, no campo do objeto, constituem, aqui, a polaridade da relação. É na leitura dessa correspondência e no seu enquadramento conceitual, que ressaltam as diferenças e se pode visualizar, a exemplo do que faz o pensamento de MARX com a dialética hegeliana, a “inversão” procedida por JUNG na teoria freudiana da institucionalização.

Enquanto para o pai da psicanálise, sempre, o impulso originário e “irracional” é o elemento motor na formação da personalidade, que, dessa forma, condena-se a “sofrer” o processo de uma adequação repressiva, pessoal ou civilizatória, como imposição de limites à natureza profunda e revolucionária dos instintos e solidariedades humanas; para seu “revisor” essa condição persiste, basicamente, na esfera do agir comunicativo.

Nas categorias do fazer comunicativo, por outro lado, se escancara a diferença dos enfoques freudiano e jungiano da formação da consciência: em JUNG, a Razão arquetipal é sujeito, no processo de realização da natureza - exatamente por isso, como seu objeto, a Natureza não é irracional e a Humanidade constitui uma mediação de sentido, que articula a expressão de força da Natureza na manifestação da sua conseqüência transcendental - isso que, afinal, nos permite intuir o sentido profundo da expressão artística. Não é por acaso, que JUNG se constitui num importante marco teórico da reflexão contemporânea sobre a teoria da arte.

4.1.3 A tríade sógnica no debate epistemológico contemporâneo

Quando se abordam as concepções mais contemporâneas da tríade sógnica, é importante resgatar a sua correspondência na historiografia e na filosofia da ciência. Numa primeira abordagem, a caracterização da dinâmica intra-psíquica da criação científica (KUHN-MOLES) e do processo institucional da ciência em KUHN, encontra uma correspondência grande com a teoria jungiana da formação da personalidade.

Aqui, o processo intra-psíquico da criação científica, é ativado pela manifestação da Anomalia, como expressão de uma realidade estranha aos cânones aceitos da racionalidade vigente, que vai cristalizar-se nos registros correntes da Pesquisa científica. Sua mediação é a consciência crítica da Ciência-que-se-faz, cuja correspondência é acentuada, enquanto determinação do entendimento possível, com as categorias do Ego freudiano e da Consciência individual jungiana. Os processos institucionais do conhecimento, por outro lado, tem seu fundamento na racionalidade própria de um quadro paradigmático estabelecido. O princípio legitimador da Comunidade Científica, como processadora de consensos no âmbito de um Paradigma científico, define as condições de trabalho por onde fluem os nexos de causalidade que vão dar lugar à Ciência-feita.

Finalmente, os conceitos já trabalhados neste texto, que expressam a confluência teórica da semiótica de PEIRCE com a hermenêutica de HABERMAS, enquadram e permitem resgatar o

conteúdo paradigmático da tríade sógnica, como uma expressão própria da ruptura, que o pensamento ocidental processou com a dilemática de uma tradição cultural que o vinha submetendo à polaridade contraditória de sujeito-objeto ou idealismo-materialismo.

O ponto de inovação, introduzido nessa confluência do pensamento de PEIRCE e HABERMAS, sobre a tradição do pensamento triádico, que lhes é anterior, situa-se na aplicação da tríade ao domínio do raciocínio e da linguagem; e no reconhecimento dos seus dois modos de expressão, da díade, que lhes permanece subjacente: do **agir** e do **fazer comunicativos**. Dir-se-ia, mesmo, ao nível dos operadores lógicos de PEIRCE, que uma nova dialética emerge nessa confluência, cuja clarificação permite aprofundar nexos e perspectivas que, por falta de enquadramento teórico-sistemático, restaram pouco exploradas e apenas sinalizadas no pensamento dos autores analisados na **Tabela 16**.

4.2 A superação da categoria do sujeito transcendental na convergência teórica das concepções triádicas.

A principal consequência, no desenvolvimento conceitual do paradigma triádico é a dissolução da categoria do sujeito transcendental da história. De um lado, a crítica de NIETZSCHE [1976], incidindo sobre a tradição da metafísica ocidental, na sua invectiva anti-historicista, faz terra arrasada da dialética do sujeito [seja ele o Espírito hegeliano, a classe social em MARX, ou a matéria, enquanto tal, em ENGELS]¹. As implicações dessa *catarsis* nietzscheana estão profundamente enraizadas no pensamento crítico-social contemporâneo - especialmente aquele que debate com o marxismo - de ADORNO a FOUCAULT. É a partir das suas bases, que se promove uma refundição do saber teórico nas ciências sociais, pelo estabelecimento de um quadro analítico que permite distinguir: de um lado, a questão da hegemonia do sujeito histórico [que é responsável pela falência do marxismo diante das transformações da sociedade capitalista]; e, de outro, a questão posta pela utopia emancipatória no pensamento de MARX [cuja relevância se procura resgatar no contexto de uma sociedade do após pós-modernismo].²

Numa outra perspectiva, o encontro da filosofia da linguagem com a tradição do pragmatismo, na matriz intelectual do pensamento liberal, formaliza em PEIRCE as hipóteses de trabalho que sustentam, gradativa e indefectivelmente, a emergência de um novo paradigma na filosofia - o qual tem por característica fundamental recusar-se a discutir, no plano ôntico, a questão do sujeito [e a sua vez, por consequência, a própria questão do objeto].

¹ É ilustrativo o parágrafo das <CONSIDERAÇÕES INTEMPESTIVAS> “A história, compreendida à maneira de Hegel, foi denominada ironicamente, a acção de Deus sobre a terra, não passando o próprio Deus de uma criação da história. Mas esse Deus, dentro dos crâneos hegelianos, tornou-se transparente e inteligível a si mesmo e subiu já dialecticamente todos os degraus do seu devir até a revelação de si mesmo; de tal maneira que para Hegel o cimo e o termo do processo universal acaba por coincidir com a sua própria existência berlinense... Deveria mesmo ter dito que tudo o que viesse depois dele não teria mais valor que a *coda* do rondó universal ou, mais precisamente, seria supérfluo. Não o disse; em compensação, implantou nas gerações impregnadas pelo seu pensamento a admiração pela <poeira da história>, que se metamorfoseia em cada instante na admiração aberta pelo sucesso e conduz à idolatria do real - culto idôlatrico que generalizou a fórmula mitológica e autenticamente alemã de <fazer justiça aos factos>. Mas quando se aprende a curvar a espinha e a abaixar a cabeça diante do <poder da história>, acaba-se por aprovar com a cabeça, como um bonzo chinês, qualquer poder, seja do governo ou da opinião pública ou da maioria do número, e por agitar os membros em obediência estrita a quem tem nas mãos os fios. Se qualquer sucesso é devido a uma necessidade racional, se qualquer acontecimento é uma vitória da lógica ou da <Idéia>, então ponhamo-nos de joelhos perante toda a espécie de sucessos.” [NIETZSCHE, 1976:177-178]

² Sem a pretensão de exaurir esse debate, mas, também, não pretendendo pecar pela omissão da referência, valho-me dessa conclusão, que pode ser retirada do balanço da herança marxista, elaborado por SANTOS [“Tudo o que é sólido se desfaz no ar: o marxismo também”, 1995:23-49], remetendo o leitor à sua cuidadosa e abrangente referência teórica.

A terminologia elementar adotada por PEIRCE, na caracterização da lógica triádica [primeiridade, secundidade e terceiridade] é típica dessa ruptura com a problemática do sujeito histórico. Na perspectiva da epistemologia de síntese, as categorias de sujeito e objeto subsumem nas dimensões triádicas dos INTERESSES EPISTEMOLÓGICOS [como aspectos da INFERÊNCIA] e dos CAMPOS DE ATUALIZAÇÃO DO SABER [como os *loci* da SEMIÓISIS] que operam o processo da auto-reflexão comunicativa.

Nessa perspectiva, o FUNDAMENTO do *representámen*, que é o **primeiro** correlato na **semiótica** [ou primeiridade], reflete [aqui uma referência à hipótese da representação espelho] a operação da primeiridade da **inferência**, que é a **abdução**. Daí se pode avançar uma compreensão mais profunda do sentido e das implicações da ABDUÇÃO no modo de produção do saber. Como a conceitua PEIRCE:

“La abducción depende de la primeridad, es un método para una predicción general, sin la positiva seguridad de que triunfará en un caso particular o ordinario, justificándose sólo por ser la única esperanza de reglamentar racionalmente nuestra conducta futura (2.270)” [Daledalle, mimeo:15 - grifei e sublinhei].

Essa tensão significativa da **primeiridade** em todo processo de comunicação, configura o INTERESSE DA COMPREENSÃO PARTICIPATIVA DO DISCURSO como o operador privilegiado da representação sígnica [no FUNDAMENTO do *representámen*] que vai denotar o CAMPO DA FUNDAMENTAÇÃO TRANSCENDENTAL DO SABER. Sua função *práxis* e sua lógica abducionária configuram a expectativa de um resultado possível, não necessariamente atual, mas a única que se conforma uma solução racional no plano simbólico [como fazer comunicativo] do que está posto em decisão no processo vivido da Humanidade [enquanto agir-comunicativo]. Na tensão privilegiada dessas primeiridades, por outro lado, como o reivindica SANTOS, solidamente estribado em MANNHEIM [1952]: a teleologia da Sabedoria prática em busca da sua justificação racional, designa sempre uma **utopia** - e não um resultado; uma expectativa e não uma certeza; uma possibilidade e não uma necessidade.

Essa característica básica da tensão diádica entre o signo e da inferência, na primeiridade do processo de comunicação, contaminam-nos de uma trágica implicação da liberdade³. Enquanto exercita - na perscrutação universal e transcendental desse campo estrutural e do movimento da CONSCIÊNCIA e da RAZÃO, que o polariza entre o “arquetipo” da compreensão e o “princípio” da fundamentação - a expectativa de uma postulação racional e da sua decisão, a reflexão da lógica abducionária, na fundamentação da representação simbólica, resgata um campo de liberdade a ser trabalhado na atualização da verdade. Rejeita-se aqui, por definição, a ortodoxia como expressão de consciência ou razão e, exatamente por isso, consegue-se desenvolver o imperativo ético de um profundo comprometimento e de uma generosa tolerância. Governa-se, a partir daí, o processo da comunicação lingüística [e a sua História] pela irrecusabilidade da CONSCIÊNCIA e pelo contingenciamento da RAZÃO. Isso que, em foros de uma discussão de ciência política, poderia ser postulado como uma dimensão constitutiva e um traço característico da **personalidade democrática**.

O FUNDAMENTO do *representámen*, assim, é primeiridade, apenas, pelo fato que reflete o princípio abducionário da *práxis*, como **originalidade**, na estrutura do signo. E, assim, também, o modo de raciocínio da **abdução** constitui uma primeiridade, porque é a função lógica da inferência

³ “Agreeing with Aristotle and his modern interpreter, Olson, I find tragedy to be a representation of moral action by a hero with a determinated moral character leading to a moral emotion of catharsis. This catharsis is not a mere purging of pity and fear but is a new and in some sense higher attitude to the moral qualities of life; it is a moral insight.”[KOHLEBERG, 1991?397].

que permite justificar o conteúdo de uma idéia nova. Não representam - o fundamento do *representámen* e a abdução - no entanto, uma condição subjetiva, porque não pertencem e nem se reduzem privilegiadamente a este ou aquele fenômeno da realidade ou particularidade de interesses - sejam estes inconsúteis, como o Espírito hegeliano, ou densos como a classe operária de MARX. A primeiridade, enquanto abdução, **está na capacidade falante do polo ativo**, virtual ou efetivo, dos processos de comunicação; da mesma forma como o Fundamento do *representámen* é um elemento constitutivo dos signos que o refletem, seja como sentido expresso e escancarado no proferimento relevante de uma situação vivida, seja na condição do que passa despercebido... na experiência cotidiana do insignificante.

Considerando, por outro lado, que o signo-OBJETO, é o **segundo correlato** [ou secundidade], no processo da **semiótica**; e que reflete nisso o processo da **indução** na **inferência**, clarificam-se algumas outras implicações da lógica peirceana no modo de produção do saber. A indução, como a definiu PEIRCE:

“(...) é um Argumento que emerge de uma hipótese, resultante de uma Abdução anterior, e de predições virtuais, sacadas por Dedução, dos resultados de possíveis experimentos, e tendo realizado os experimentos conclui-se que a hipótese é verdadeira, na medida em que aquelas predições se verificam, mantendo-se essa conclusão, no entanto, sujeita a possíveis modificações, que se seguiriam a futuros experimentos.” [1977:30]

Essa tensão significativa das **secundidades** do signo e da inferência, configura o INTERESSE DA RECONSTRUÇÃO TÉORICA DO SIGNIFICADO, como o operador privilegiado da representação sígnica [no OBJETO] que vai denotar o CAMPO DA ESTRUTURAÇÃO TEÓRICA DO SABER. Sua função *poiésis* e sua lógica indutiva, configuram a articulação das **expectativas fundadas** no plano da consciência e dos **resultados possíveis** da ação no afrontamento da realidade. Essa articulação, no seu limite, constitui-se de *juízos perceptivos*⁴ - no sentido que lhes confere PEIRCE, como abduções que extrapolam a condição de uma mera expectativa de verdade, e ganham densidade, manejadas pela dedução, atingindo o limiar de uma certeza psicológica e, assim se impondo [indutivamente] ao entendimento - dir-se-ia... como paradigmas. A tão só expectativa de verdade, como sua condição originária, e a tão só possibilidade do objeto como seu limite de certeza, demarcam, nesse sentido, a provisoriedade de toda explicação reconstrutiva do mundo; condição essa, que se associa definicionalmente à problemática da secundidade. Donde, se compreende que os prospectos da intervenção racional no mundo da vida, na via da obsistência que fatalmente lhes oferece a totalidade do ser, sendo polarizados pelo PARADIGMA, como “arquétipo” da sua fundamentação, encontrem na CRÍTICA o “princípio” da sua reconstrução.

E considerando, finalmente, que o signo-INTERPRETANTE ou **terceiro correlato** [ou terceiridade] na **semiótica**, corresponde ao *locus* privilegiado da **dedução** no processo da **inferência**, clarificam-se mais alguns aspectos da síntese epistemológica do entendimento e do conhecimento. A dedução, como a definiu PEIRCE, é:

“(...) um argumento que representa fatos nas Premissas, de tal modo que, se vamos representá-los num Diagrama, somos compelidos a representar o fato declarado na Conclusão; destarte a Conclusão é levada a reconhecer que, independentemente de ser ela reconhecida ou não, os fatos enunciados nas premissas são tais como não poderiam ser se o fato enunciado na Conclusão ali não estivesse.” [1977:30]

⁴ Não se pretende aqui polemizar o significado dos “juízos perceptivos” postulados por PEIRCE, e nem o seu eventual tributo, no limite da abdução, ao raciocínio indutivo. Até pelo fato que isso, em nada alteraria as conclusões deste texto. É um tema, no entanto, para pesquisa futura.

No fato que as **terceiridades** do signo e da inferência constituem-se sempre em manifestações particulares do conhecimento e do entendimento, configura-se o INTERESSE DA FUNDAMENTAÇÃO TRANSCENDENTAL DO ENTENDIMENTO como o operador privilegiado da representação signífica [no INTERPRETANTE], que vai denotar o CAMPO DA REALIZAÇÃO PRÁTICA DO SABER. Sua função *théoria* e sua lógica dedutiva promovem a articulação significativa do MÉTODO e da SABEDORIA PRÁTICA no processo da auto-reflexão comunicativa. A dedução, muito embora a sua incompletude como critério de verdade, configura no plano da existência - seja na dimensão concreta da ação ou na condição abstrata da sua expressão - a objetividade possível e a universalidade provisória do acesso à experiência do cotidiano e à sabedoria dos tempos.

Abdução (primeiridade), dedução (terceiridade) e indução (secundidade), são assim concebidos como processos independentes, irredutíveis, porém complementares no processo da comunicação lingüística. Do que resulta que, nenhuma das operações do raciocínio propiciadas por cada um desses correlativos poderá ser, efetivamente, preenchida por algum outro. **Na auto-reflexão comunicativa, que os integra, tornam-se, portanto, momentos necessários.** O caminho da investigação, na trilha da verdade, não se completa, destarte, na ausência de algum desses movimentos. A **omissão** de um ou de outro, é o primeiro obstáculo epistemológico a ser contornado na produção do Saber. Mas, a **impossibilidade de percorrê-los todos, ao mesmo tempo**, representa o segundo obstáculo a ser enfrentado, exigindo do pretendente à Verdade, o compromisso da paciência e o exercício da tolerância. É este obstáculo, PEIRCE o afronta decididamente: tanto pela evidenciação da lógica abducionária; quanto pelo recurso ao conceito do “*juízo perceptivo*”.

Não é este o momento para aprofundar as razões, pelas quais PEIRCE identifica e contorna a objeção da inverificabilidade, e mesmo da infalsificabilidade, do raciocínio indutivo. Saliente-se, nesse sentido, apenas, o alicerce da lógica da inferência, representado pelo axioma pragmático de suas “*proposições cotárias*”, a saber: a) *Nihil est in intellectus quod non prius fuerit in sensu* - tomados aqui o sentido de “*intellectus*” como representação e “*in sensu*” como “*juízo perceptivo*”; b) que os *juízos perceptivos* contêm elementos de proposições gerais, propiciando, destarte, a derivação de proposições universais; e, c) que a *inferência abductiva* se transforma em *juízo perceptivo* - sem que haja uma clara demarcação entre eles, como situações-limite, **absolutamente além de toda crítica.** [PEIRCE, 1977:225-226]

Sublinhei a expressão peirceana do “*absolutamente além de toda a crítica*” porque ela se constitui, efetivamente, no aspecto mais crucial da lógica da inferência. O pragmatismo peirceano entra no jogo da verdade, permitindo a presença de “*qualquer vôo da imaginação, contanto que esta imaginação se depare, em última instância, com um efeito prático possível...*” [PEIRCE, 1977:233]. É importante que se qualifique, entretanto, a permissividade desse postulado: como um princípio de tolerância na auto-reflexão comunicativa, que se exerce, entretanto, nada aquém do que a RAZÃO permite discernir, do que a disciplina rigorosa da CRÍTICA permite esclarecer, ou daquilo que o crivo generoso da SABEDORIA PRÁTICA possa contestar; e, a sua vez, como um princípio de convergência ao intelecto, capaz de resgatar sentido a tudo, no entanto, o que estiver absolutamente além do alcance de qualquer impugnação racional, crítica, ou prática e que, neste ponto de partida - e não de chegada - admita postular-se a humildade do respectivo afrontamento.

É exatamente essa condição da dialética triádica, que resgata a importância de uma atitude libertária, igualitária e fraterna, diante de todos os seus elementos e momentos constitutivos, que introduz a tônica da revolução paradigmática... no limiar de uma civilização humana, que se pretende - até por uma questão de sobrevivência - passe a respeitar ao **semelhante**, à **própria natureza** e à **divindade**. Essa tríade que se postula, destarte, num mesmo nível de dignidade, daquele que o

Nazareno propôs - num momento ainda embrionário da civilização diádica que ora se cumpre - fosse observado na síntese dos dois mandamentos: “Amar a **Deus** sobre todas as coisas, e ao **próximo** como a **si mesmo**.”

É *cum grano salis* da ironia, que se percebe, no conteúdo dessa lição milenária - como traduzida e parafraseada na Síntese triádica da auto-reflexão comunicativa: “**Dignificar ao Fundamento, e ao seu próximo Objeto, como se dignifica ao próprio Intérprete** - uma condenação antecipada dos maniqueísmos do céu e do inferno, do bem e do mal, que prepararam o advento da Razão subjetiva e instrumental, dominadora e, assim também, dominada no turbilhão das forças que, face à inobservância do preceito e à desconsideração da sua conseqüência, vieram por engendrar.

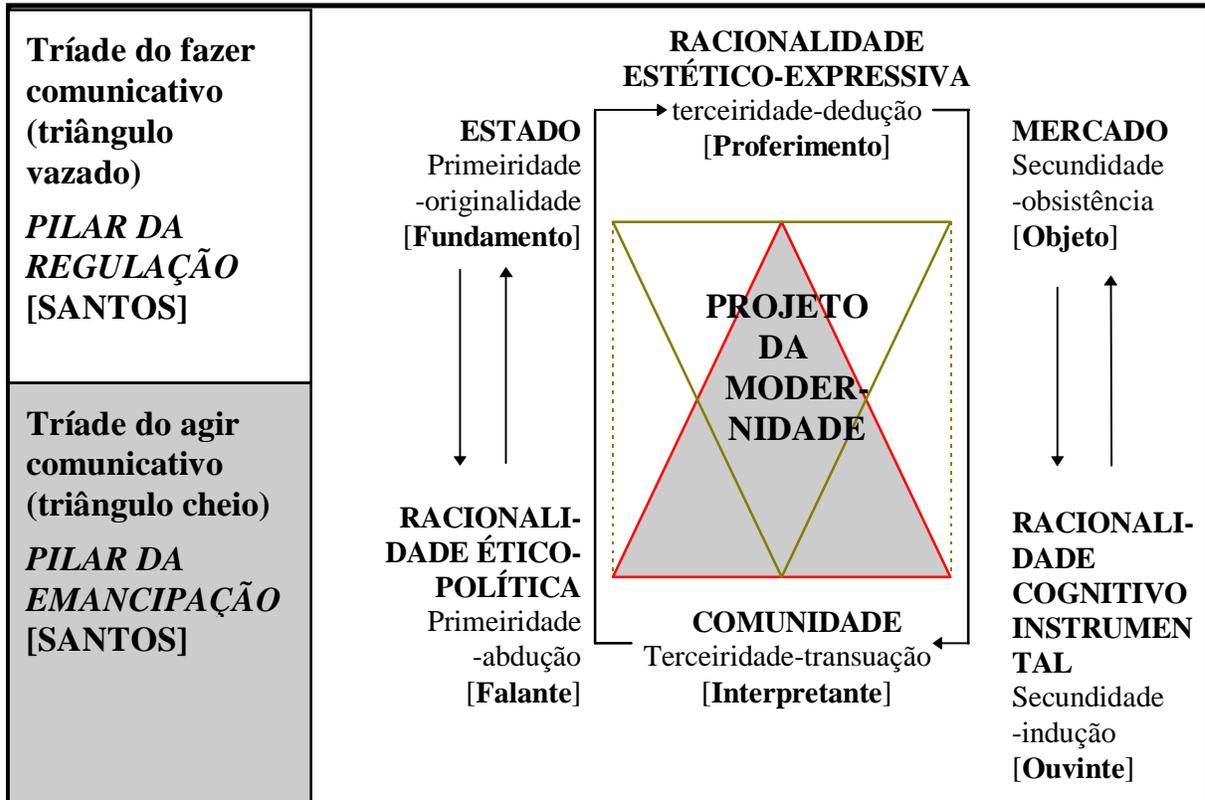
A ruptura do equilíbrio triádico, na perspectiva de sujeito e de objeto - melhor dito, de sujeito **ou** objeto - está na origem do sucesso e da frustração, do poder e da fragilidade, da soberba e da miséria de uma civilização que, afinal, encontrou numa outra díade - trágica e não-alternativa - o símbolo da sua caminhada histórica: Hiroshima e Nagasaki.

4.3 Uma abordagem contemporânea da tríade no pensamento social - os pilares da regulação [como fazer comunicativo] e da emancipação [como agir comunicativo]

Um dos desenvolvimentos do pensamento social contemporâneo, que mais claramente expressa a estrutura conceitual da dupla tríade, explicitada no paradigma da epistemologia de síntese, vamos encontrá-lo na obra de Boaventura SANTOS [1995].

Sua análise do projeto sócio-cultural da modernidade, fá-lo apoiar-se sobre dois pilares - o que denomina *pilar da regulação* [o qual pretendemos assumir que expressa a perspectiva do fazer comunicativo] e o que denomina *pilar da emancipação* [o qual pretendemos assumir que expressa a perspectiva do agir comunicativo]. Cada um destes pilares, a sua vez, articula três princípios [ou seja uma tríade sógnica]: o pilar da regulação é composto pelos princípios do *Estado*, do *Mercado* e da *Comunidade*: enquanto o pilar da emancipação é constituído pelos princípios da *racionalidade ético-política*, da *racionalidade cognitivo-instrumental* e da *racionalidade estético-expressiva*.

Quadro 9 - Convergência do pensamento social de SANTOS no diagrama categorial da epistemologia de síntese.



O **Quadro 9**, acima, demonstra a convergência dos conceitos trabalhados por SANTOS⁵ na tensão diádica da dupla tríade, que integra o núcleo da auto-reflexão comunicativa no diagrama paradigmático da epistemologia de síntese.

Um novo paradigma não é produto de uma consciência individual. Embora, no curso de sua institucionalização, ocorra que sua emergência se veja circunstancialmente associada ao nome de um ou outro elaborador, o paradigma em estruturação acumula-se numa convergência de expectativas, crenças, esforços e elaborações múltiplas, num movimento que é basicamente social, até que, eventualmente, num determinado *locus* ou numa determinada obra, por um efeito de “*iluminação*” [MOLES], emerge à planície do entendimento, com o estatuto da criação científica. Exemplo dessa convergência é a síntese estrutural do pensamento de SANTOS⁶, que nos estivera inacessível ao

⁵ Um desenvolvimento mais aprofundado dessa estrutura conceitual será empreendido na Parte III deste texto, que esboça o modelo paradigmático de uma epistemologia da ciência política.

⁶ “*O projecto sócio-cultural da modernidade é um projecto muito rico, capaz de infinitas possibilidades e, como tal, muito complexo e sujeito a desenvolvimentos contaditórios. Assenta em dois pilares fundamentais: o pilar da regulação e o pilar da emancipação. São pilares, eles próprios, complexos, cada um constituído por três princípios. O pilar da regulação é constituído pelo princípio do Estado, cuja articulação se deve principalmente a Hobbes; pelo princípio do mercado, dominante sobretudo na obra de Locke; e pelo princípio da comunidade, cuja formulação domina toda a filosofia política de Rousseau. Por sua vez, o pilar da emancipação é constituído por três lógicas da racionalidade: a racionalidade estético-expressiva da arte e da literatura; a racionalidade moral-prática da ética e do direito; e a racionalidade cognitivo-instrumental da ciência e da técnica. Como em qualquer outra construção, estes dois pilares e seus respectivos princípios ou lógicas estão ligados por cálculos de correspondência. Assim, embora as lógicas de emancipação racional visem, no seu conjunto, orientar a vida prática dos cidadãos, cada uma delas tem um modo de*

tempo em que elaboramos uma primeira aproximação do modelo paradigmático da epistemologia de síntese [1993-1995]; mas que, de uma forma simétrica, lhe corresponde, no prospecto de uma estrutura conceitual aplicada ao conhecimento da realidade social do nosso tempo.

No específico, da sua efetiva corroboração ao nosso arcabouço conceitual, é útil esclarecer, que a identificação dessa correspondência teórica - da epistemologia de síntese, nos conceitos trabalhados por SANTOS - nos remete ao momento inicial de nossa elaboração paradigmática: quando deduzimos, da tríade do agir comunicativo em HABERMAS, o conceito dos três interesses epistemológicos; e quando deduzimos da tríade sógnica em PEIRCE o conceito dos três campos de atualização do saber. De agora em diante, essa mesma correspondência se impõe, na clarificação dos conceitos propostos por SANTOS. Mais propriamente, o *pilar da regulação*, como fazer comunicativo na epistemologia de síntese, designa três **campos de atualização societal**, nos conceitos de *Estado, mercado e comunidade*. Ao mesmo tempo, o *pilar da emancipação*, como agir comunicativo na epistemologia de síntese, designa três **interesses constitutivos do movimento social**, nos conceitos da *racionalidade ético-política, cognitivo-instrumental e estético-expressiva*.

Assim definidos - os campos de atualização societal e interesses constitutivos do movimento social - a análise de SANTOS aprofunda, para além de uma mera correspondência formal, nexos substantivos com o modelo paradigmático da epistemologia de síntese, e nos permite avançar na sua própria investigação.

Aprofundando então a nossa análise, formulamos uma tese: que, na dupla tríade - no núcleo simbólico do processo da comunicação lingüística - a primeiridade do fazer comunicativo é, sempre um **princípio**; e a secundidade do agir comunicativo, corresponde, sempre a um **arquétipo**. Essa tese se completa na afirmação, que a terceiridade, resultando da interação triádica, será, sempre, no fazer comunicativo, uma **aplicação de um princípio**; e no agir comunicativo a **expressão de um arquétipo**.

No arcabouço teórico da epistemologia de síntese, a dinâmica triádica do fazer comunicativo, como **REGULAÇÃO**, permite avançar uma primeira proposição teórica: a primeiridade do fazer é sempre um **princípio**; e a secundidade do fazer é sempre uma conformação contingenciada do seu princípio - que assim designamos pelo conceito de **organização**. Por outro lado, a dinâmica triádica do agir comunicativo, como **EMANCIPAÇÃO**, nos permite propor uma segunda proposição teórica: a secundidade do agir é sempre um **arquétipo**; e a primeiridade do agir é sempre uma manifestação possível do seu arquétipo - que assim designamos pelo conceito de **representação**.

Torna-se conseqüente, desse enquadramento teórico, que a primeiridade do fazer comunicativo é uma **reflexão** da primeiridade do seu agir; enquanto a secundidade do agir comunicativo é uma **vivência** cristalizada da secundidade do seu fazer.

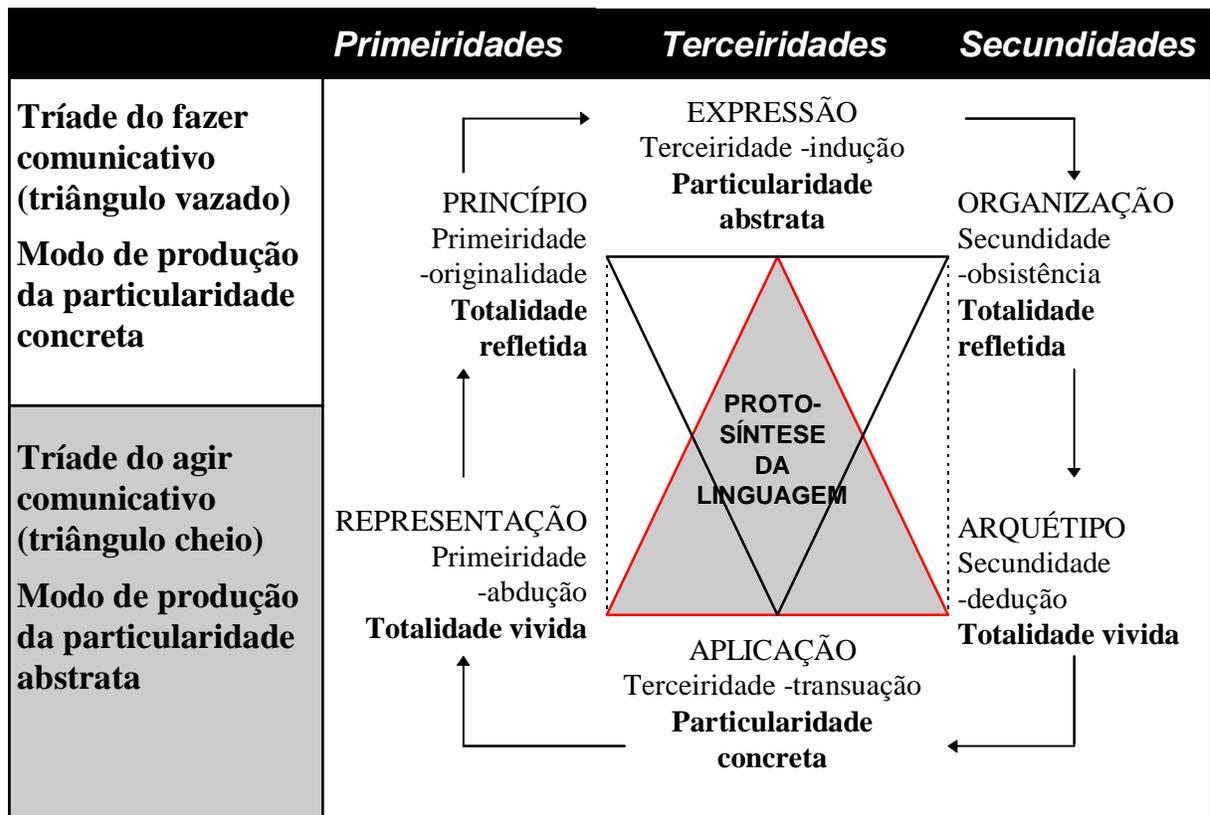
Primeiridades e secundidades, por conseguinte, pode-se generalizar, constituem sempre manifestações da totalidade. Mas a totalidade assume uma distinta conotação: quer se trate de uma

inserção privilegiado no pilar da regulação. A racionalidade estético-expressiva articula-se privilegiadamente com o princípio da comunidade, porque é nela que se condensam as idéias de identidade e comunhão sem as quais não é possível a contemplação estética. A racionalidade moral-prática liga-se preferencialmente ao princípio do Estado na medida em que a este compete definir e fazer cumprir um mínimo ético para o que é dotado do monopólio da produção e da distribuição do direito. Finalmente, a racionalidade cognitivo-instrumental tem uma correspondência específica com o princípio do mercado, não só porque nele se condensam as idéias de individualidade e da concorrência, centrais ao desenvolvimento da ciência e da técnica, como também porque já no século XVIII são visíveis os sinais da conversão da ciência numa força produtiva." [SANTOS, 1995:77]

categoria do agir comunicativo [será uma **totalidade vivida**], quer se trate de uma totalidade do fazer comunicativo [será uma **totalidade refletida**].

As terceiridades triádicas, por outro lado, constituem-se, sempre, em **particularidades fenomênicas** da interação dessas totalidades. E, à sua vez, distinguem-se, igualmente: enquanto aplicação de um fazer comunicativo [como **particularidade concreta**]; e, enquanto expressão de um agir comunicativo [como **particularidade abstrata**]. O **Quadro 10**, a seguir, formaliza esse desenvolvimento teórico.

Quadro 10: Síntese diádica das tríades sígnicas, na epistemologia de síntese (uma elaboração avançada)



Um aspecto adicional, das interações constitutivas do modelo de comunicação lingüística, assim figurado, e que ressalta na morfologia heurística do **Quadro 10**, é o fato que a imbricação do agir e do fazer comunicativos, que é **virtual** no plano das primeiridades e secundidades, é **real** no plano das terceiridades. É na sua **expressão**, como proferimento, ou discurso, que o agir comunicativo [resultante da interação entre os sujeitos ativos e passivos da comunicação] interage no mundo da forma, no modo de produção do saber, como **particularidade abstrata** [terceiridade do agir comunicativo]; da mesma forma, é na sua **aplicação**, como técnica, que o fazer comunicativo [resultante da interação entre o fundamento e objeto do signo] interage no mundo da vida, no modo de produção do saber, como **particularidade concreta**⁷ [terceiridade do fazer comunicativo].

⁷ Referência aos conceitos [*totalidade refletida*, *totalidade vivida* e *particularidade fenomênica*] utilizados na proposta de classificação dos diferentes níveis epistemológicos de análise nas ciências humanas, proposta na cátedra de Antropologia

A **díade do agir e do fazer comunicativos** permeia, assim, e de alguma forma sintetiza, todo o arcabouço estrutural da epistemologia de síntese, revelando o princípio binário da sua circularidade ôntica. A dialética subjacente, constitui uma via de acesso à **dignificação das categorias de mediação**, como *particularidades fenomênicas abstrata* ou *concreta* - categorias essas, tão plenas de sentido, como o pensamento e o trabalho que designam, na complementaridade triádica do **agir** e do **fazer comunicativos**. Ao mesmo tempo, a **terceiridade do agir e do fazer comunicativos**, nessa concepção, deixa de ser suprimida no processo da realidade [como mera categoria da mediação, numa dialética repressora e mortuária], para integrar-se, definitivamente, no processo da sua atualização, enquanto *particularidade - concreta ou abstrata* todavia **sempre-significante/estruturante** - da manifestação do ser, que se expressa como primeiridade ou secundidade do agir ou do fazer comunicativos.

Assim, a epistemologia de síntese postula **uma efetiva superação da opção dilemática de Sujeito e Objeto**, eis que as categorias com que trabalha - como primeiridade ou secundidade na relação triádica - se tornam relativas ao contexto e à perspectiva em que são visualizadas. A mesma dimensão do “sujeito” na perspectiva do agir comunicativo, pode ser visualizada como “objeto” na perspectiva do fazer comunicativo, e vice-versa. O próprio “sujeito” se qualifica, nos processos de comunicação, como “sujeito ativo” e “sujeito passivo”; derivando disso, que se poderia pretender conferir à particularidade da sua mediação a oposta condição de objeto. Inobstante, numa dialética triádica, por definição, um terceiro correlato, nunca poderá revestir a condição de “objeto”. Disso resulta **a incompatibilidade teórica do paradigma da epistemologia de síntese, com a identificação e absolutização de uma estrutura ou de um ente privilegiado, como Sujeito da história** (ou como expressão objetual e imediata da Verdade), seja ele transcendental ou imanente (o Espírito hegeliano ou a classe operária marxista). E na sua esteira, **ficam destarte revogadas as velhas ortodoxias do idealismo e do materialismo**.

Demarca-se aqui uma tomada de posição, que se oferece ao debate e à crítica, como a elaboração participativa de uma compreensão do discurso epistemológico contemporâneo, que se pretende compatível com radicalidade da ruptura necessária com o paradigma da ciência, ainda dominante no momento de crise que estamos vivendo. Se isso é pouco, em relação à tarefa à frente, de restauração das *solidariedades danificadas* [GIDDENS 1997] na esteira das realizações e promessas da civilização dualista; é o suficiente, acredita-se, para justificar esse texto.